**PRIMEIRO CONCURSO REGIONAL DE ALTERNATIVAS PARA MORADIA POPULAR**

**15 de Novembro de 2013 a 07 de Fevereiro 2014.**

**Ficha resumo**

**PARTE 1: INFORMAÇÃO GERAL**

**NOME DA ORGANIZAÇÃO:** Associação de Moradores de Vila Esperança

**SIGLA DA ORGANIZAÇÃO:** AMOVILE

**TÍTULO DA EXPERIÊNCIA:** Projeto deregularização fundiária de Vila Esperança

**RESUMO:**

O Projeto deRegularização Fundiária de Vila Esperança, São Gonçalo, RJ, é produto da luta de 450 famílias pela urbanização e regularização fundiária da terra que ocupam há mais de quarenta anos. Inclui o desenvolvimento dos projetos técnicos e o processo de luta política por sua implementação.

**DATA DE REALIZAÇÃO:** 1996 – 2014

**DESCRIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO:**

A Associação de Moradores de Vila Esperança reúne e representa as 450 famílias (1.544 pessoas) residentes na comunidade. A cada dois anos, os moradores elegem uma nova diretoria, composta por Presidente, Vice-presidente e Tesoureiro. Funciona em um cômodo construído nos limites do assentamento, onde são realizadas pequenas reuniões da diretoria, são recebidos representantes do poder público e de concessionárias e onde é deixada, pelos Correios, a correspondência de todos os moradores.

**ENDEREÇO:** Rua João Damasceno, 341, Porto Velho, São Gonçalo - RJ - Brasil

**TELEFONES/FAX/ CORREIO ELETRÔNICO/WEBSITE**

Tel: (+55 21) 976088727 - Wanderley dos Santos (Presidente da AMOVILE)

Correio eletrônico: amovile\_1998@yahoo.com.br

**PESSOAS DE CONTATO:** Wanderley dos Santos

**ANO DE FUNDAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO:** 1996

**DATA LEGAL DE CONSTITUIÇÃO (SE TIVER):** 1998

**ATORES DA AÇÃO:**

* Associação de Moradores de Vila Esperança (AMOVILE) -
* Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU) - teve origem no ano de 1983, a partir da solicitação de assessoria técnica encaminhada por uma favela ameaçada de remoção total. Sua institucionalização, em 1986, se deu em face dos resultados obtidos nessa primeira experiência. Desse núcleo participam professores, técnicos e estudantes de várias áreas do conhecimento – Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Ciências Sociais, Economia, Serviço Social, Comunicação, Direito. Este núcleo está primordialmente voltado para a assessoria técnica ao movimento popular pela moradia, atuando sempre a partir da solicitação dele.

**BENEFICIÁRIOS DA AÇÃO:** Moradores de Vila Esperança

**PARTE 2: NARRATIVA**

**CONTEXTO**

* **Descrição da comunidade**

Vila Esperança está situada às margens da rodovia federal BR-101, no município de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro, em terreno acrescido de marinha, pertencente à União. Desde sua origem, pela ocupação espontânea da terra por parte dos atuais moradores, encontra-se em situação de vulnerabilidade habitacional e social, devido ao completo descaso do poder público. O diagnóstico urbanístico-ambiental de Vila Esperança permitiu identificar diferentes situações de risco. Além de casos de insalubridade resultantes da densidade excessiva em parte do assentamento, foi verificada a necessidade de reassentamento de famílias em decorrência da presença de três elementos físicos: a rodovia BR-101, as torres e a rede de alta tensão de transmissão de energia elétrica e um canal (pequeno rio) que corta e que também limita o assentamento, situação que exigiu a busca por área livre no seu entorno para os citados reassentamentos.

Dados de 2006 apontam que em termos de escolariedade: 62% possuem o Ensino Fundamental incompleto, 13% ensino fundamental completo, 6,0% ensino médio completo, 12,0% ensino médio Incompleto, 1% ensino superior, 1% ensino superior incompleto, 5% são analfabetos.

* **Como se incorporaram na proposta?**

Vila Esperança começou a ser ocupada na década de 1970, tendo tido um crescimento sem nenhuma infraestrutura adequada para moradia. Em 1991, a área foi considerada como “de utilidade pública”, destinada à implantação de terminal hidroviário, cabendo à administração municipal realizar o cadastro das construções lá existentes para fins de reassentamento das famílias lá residentes. Neste ano, houve uma mobilização de moradores das áreas próximas a Vila Esperança, que não desejavam o crescimento da área de população de baixa renda, uma vez que suas residências seriam desvalorizadas. Desde então, a comunidade passou a sofrer um histórico de ataques, discriminação e ameaças de remoções e devido a esse fato, em 1996, com o objetivo de organizar a luta iniciada, criaram a Associação dos Moradores. A partir daí, passaram a lutar e buscar apoio externo com vistas à regularização fundiária e urbanização do assentamento. Em 2004, conseguiram que o Executivo Municipal considerasse a área como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).

Em busca de soluções técnicas para os problemas enfrentados, em 2006, os moradores solicitaram apoio ao Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU-UFF). Desde então o NEPHU vem assessorando a comunidade.

* **Identifique a situação que pretendía abordar a proposta e os principais problemas que enfrentou.**

O diagnóstico de Vila Esperança permitiu identificar diferentes situações de risco a serem eliminadas: problemas de acessibilidade e circulação, casas extremamente precárias e insalubres devido à densidade excessiva em parte do assentamento – principalmente no miolo das quadras; inexistência de equipamentos públicos e situações de risco (ocupação de faixa de proteção da BR-101 e da rede de alta tensão e da faixa marginal de proteção do canal). Esse panorama determinou o padrão de intervenção necessário à requalificação da área ocupada e exigiu a busca de área livre no seu entorno para viabilizar os reassentamentos.

A proposta desenvolvida para Vila Esperança inclui o redesenho do sistema viário e dos lotes, projetos de novas moradias para famílias em situação de risco, equipamentos coletivos e criação de espaços para desenvolvimento de atividades voltadas à geração de trabalho e renda, e para áreas de recreação e lazer, e mais as soluções de drenagem, esgotamento sanitário e abastecimento de água, além dos processos para titulação individual das casas.

O projeto técnico foi concluído em dezembro de 2007 e, desde então, a comunidade luta para implantá-lo. A comunidade buscou órgãos públicos, enviando e-mails e/ou protocolando ofícios. Em 2009, conseguiu que a prefeitura encaminhasse o projeto de Vila Esperança ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), sendo aprovado. A Prefeitura de São Gonçalo assinou contrato, porém a verba contemplada foi perdida em dezembro de 2011 porque o município se recusou a depositar a sua contrapartida. Em 2013, novamente a Prefeitura perdeu o prazo para encaminhar o projeto. Por esse motivo, no dia 04 de setembro de 2013, a comunidade realizou uma mobilização em frente à prefeitura de São Gonçalo no sentido de obter respostas acerca da concretização do projeto, o que resultou em uma reunião com o Secretário de Infraestrutura e Urbanismo do Município de São Gonçalo.

É possível perceber que prefeitura não dispõe de política habitacional, pois não conhece a totalidade dos assentamentos populares existentes em seu território e a revisão do seu Plano Diretor ainda não está concluída. A experiência de Vila Esperança evidencia a desarticulação das ações desenvolvidas em nível local, em que, por um lado, investe-se na elaboração de projetos de regularização fundiária e urbanização e, por outro, não prevê no orçamento do ano subseqüente os recursos para sua implantação, como ocorreu nos orçamentos de 2009 e 2013.

Diante desta situação, a Associação de Moradores decidiu encaminhar em 2013 o projeto para a Secretaria de Habitação do Estado do Rio de Janeiro, solicitando sua realização por parte do governo estadual, mas até esta data Vila Esperança continua aguardando a aprovação, liberação de verba e execução do projeto.

* **Objetivo**

O objetivo é conseguir que a regularização fundiária seja plena, o que trará para a comunidade segurança de propriedade da terra ocupada, qualidade da moradia, infraestrutura, saneamento básico, organização de espaços públicos e privados, como ruas, praças, edificações, lotes, etc. Enfim, não visa somente à regularização do patrimônio, mas a solucionar questões urbanas, ambientais e socioeconômicas.

* **Aliados, sócios que participaram na implementação da proposta.**

Associação de moradores de Vila Esperança (Amovile); Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU-UFF); Prefeitura Municipal de São Gonçalo; Secretaria Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (SEHAB/RJ); Ministério das Cidades

**EXPERIÊNCIA**

* **Descreva as atividades realizadas.**
* Projeto urbanístico (redesenho de vias e lotes);
* Projetos de reforma e ampliação das moradias do assentamento;
* Projetos sociais, no sentido de proporcionar aos moradores meios de buscar acesso a direitos que lhes são devidos;
* Identificação de problemas jurídicos, sociais e urbanísticos, presentes no assentamento e que afetam as propostas elaboradas e aprovadas, propondo as respectivas alternativas e ajustes no projeto referido;
* Fomento à geração de trabalho e renda e promoção cultural, através da parceria com outros órgãos para viabilizar a implementação de cursos, biblioteca e sala de informática, levando aos moradores informação, orientação e acesso aos seus direitos sociais;
* Planejamento e execução de ações que reforcem a participação e mobilização dos moradores, através da realização de reuniões, assembleias, contatos informais com os moradores, comunicação escrita e verbal.
* Cadastro socioeconômico, para traçar o perfil da comunidade.
* **Descreva os resultados alcançados e os efeitos que estes resultados permitiram.**

O projeto é uma obra em construção. A luta dos moradores pelo reconhecimento oficial da posse de seus terrenos, pela urbanização de sua comunidade e a prestação de serviços básicos por parte dos órgãos públicos tem seu começo em meados da década de 1990. Apesar do descaso dos governos local e estadual, conseguiram significativas vitórias, conquistas que muitas outras comunidades da região não obtiveram, mas, sobre elas, sofreram sucessivas derrotas. Mas, o resultado geral, até o momento, é positivo. O esforço despendido resultou no crescimento da consciência dos moradores, no aprendizado dos meios e da linguagem necessária às negociações, na formação de alianças úteis com instituições (ou setores específicos) que os apoiam e o desenvolvimento de novas estratégias de luta no campo político.

Se os objetivos ainda não foram alcançados, o fato é que a demanda apresenta perspectivas cada vez mais favoráveis de resolução, e em um prazo relativamente curto. Grandes avanços podem ocorrer ainda este ano, em grande parte motivados pela movimentação dos políticos, que estão iniciando suas campanhas em busca de votos nas eleições (Outubro/2014). A Prefeitura anunciou o recente recebimento de nova verba do Governo Federal e garantiu, diante de assembléia dos moradores, que fará a disponibilização da verba correspondente à contrapartida obrigatória. Em paralelo (e também como consequência de disputa partidária), a Secretaria Estadual de Habitação começou a realizar estudos in loco, declarando a intenção de assumir a tarefa, no sentido mesmo de atender os objetivos da comunidade.

Enquanto a Associação de Moradores colabora com ambas as iniciativas (com alguma preocupação quanto a uma surpreendente duplicidade de resultados), a comunidade acompanha, em sucessivas assembléias e mobilizações, a definição do vencedor desta repentina corrida (mas não inesperada, considerando o histórico da luta), na expectativa (até, não de todo, confiança) de que o vencedor cumpra os compromissos que se dispõe a assumir.

* **Cite os desafíos que a experiência teve que enfrentar.**

Apesar do Brasil dispor, atualmente, de um Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, uma parte significativa dos municípios brasileiros não tem política habitacional ativa, com diretrizes, metas e fontes de recursos definidas para assegurar o direito a moradia aos trabalhadores mais pobres, como pode ser observado em São Gonçalo. Esta realidade poderá ser alterada com a obrigatoriedade dos municípios de terem acesso aos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), que implicará em assumir seus deveres.

Os municípios brasileiros não dispõem, em geral, de informações atualizadas e georreferenciadas sobre os assentamentos, o que, sem dúvida, representa mais um gargalo que pode chegar a inviabilizar processos de regularização fundiária.

É claro e freqüente o descompasso entre a regularização jurídica da terra e a implantação das obras que completam o processo pleno da regularização.  O risco neste caso é da perda dos estudos e projetos técnicos elaborados devido à dinâmica sócio-espacial intensa dos assentamentos populares cujas características de parcelamento, uso e ocupação do solo são cotidianamente alteradas. No caso de Vila Esperança, os parâmetros urbanísticos e projetos de parcelamento do solo e de alinhamento aprovados pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo, deveriam ser imediatamente marcados em campo, para assim assegurar que as reformas e ampliações das moradias obedeceriam às regras aprovadas. No entanto, a Prefeitura sequer disponibilizou material para a realização da marcação em mutirão pelos próprios moradores.

Por outro lado, falsas esperanças foram disseminadas entre os moradores de Vila Esperança, provocando pesado desgaste para uma população que sobrevive sob duras condições econômicas, por iniciativas aparentemente responsáveis da parte do poder público, que depois foram esvaziadas, canceladas ou simplesmente esquecidas por estes mesmos governantes ou por seus sucessores de partidos de oposição.

Em 2007, por exemplo, a prefeitura de São Gonçalo assumiu os custos do NEPHU para a preparação de uma equipe de bolsistas-pesquisadores e, afinal (após a realização de todo o trabalho de pesquisa de campo, a classificação dos problemas, a elaboração de projetos arquitetônicos específicos, as negociação e o convencimento de moradores refratários etc), simplesmente abandonou a continuação dos trabalhos, deixando que acontecesse a perda definitiva dos prazos estabelecidos pelo Governo Federal, o que levou à absurda situação de ter de devolver os fundos que já estavam em sua conta.

* **Descreva a concepção, estratégia e metodología utilizadas, enfatizando a participação dos moradores.**

O projeto se destaca pela participação ativa e permanente da população, enquanto protagonistas das ações. Todas as questões foram discutidas e definidas coletivamente, cada aspecto sendo negociada entre os moradores do assentamento (normas urbanísticas de parcelamento e de uso e ocupação do solo a serem aplicadas nos respectivos projetos de redesenho urbanístico e da regularização fundiária).

Reconhece o conhecimento popular sobre o ambiente construído e reconhece a legitimidade dos assentamentos populares espontâneos, o direito de sua população ter acesso aos benefícios da cidade formal e a necessidade de serem criadas condições técnicas e jurídicas para que essa legitimidade seja legalizada.

Nesse sentido, as lideranças, diretores da Associação de Moradores, se destacam pela habilidade política adquirida na luta. O convívio com uma constante alternância de posições partidárias no comando da prefeitura local, acrescido das interferências de outras instâncias de poder, em especial as secretarias do estado do Rio de Janeiro, onde acontecia o mesmo fenômeno, levou os moradores de Vila Esperança, em especial seus representantes da Associação de Moradores, a uma atitude crítica o suficiente para assumirem, no que se refere à luta específica da acomunidade, à prática de uma política não partidária. De tal maneira, que a cada mudança de interlocutores, têm conseguido rápida adaptação, o que foi fator fundamental para o aceleramento do processo nos últimos anos,

A equipe de assessoria apoia também o desenvolvimento do diálogo com a prefeitura, visando a definitiva participação do município para a consolidação do projeto, de forma a atender às demandas identificadas nas visitas à comunidade e declaradas pelos próprios moradores nas assembleias.

A adoção de uma postura de trabalho que partia da recepção das demandas dos moradores para a elaboração de qualquer uma das fases do projeto técnico, de forma paciente e reflexiva, levou a um alto grau de participação dos moradores em todo o processo de elaboração do projeto, o que contribuiu para que se obtivesse o interesse da comunidade e a aprovação praticamente unânime de cada item. Todas as situações de conflito foram trazidas às assembléias para que fossem decididas pelos moradores através de votação, o que levou a que todas as intervenções necessárias fossem programadas de modo a exigir o menor custo possível para a população.

* **Cite os aspectos inovadores da proposta.**
* Participação dos moradores em todos os processos.
* Mobilização popular estimulada pela discussão das questões técnicas e jurídicas em que a comunidade estava envolvida.
* Projeto como instrumento de luta pelo direito a moradia, ampliada para a luta por direitos da cidadania.
* O projeto tem assessoria de universidade pública e é mantida por uma equipe de professores e alunos de caráter multidisciplinar.
* A urbanização do local é assumida pelos moradores como apenas parte de um processo de transformação socioeconomica.
* Trabalha a importância do uso do solo como referência básica para a inserção social dos seus moradores.
* **Cite a participação dos moradores.**

Esta participação se dá tanto em termos de decisões relativas aos aspectos políticos, bem como às questões técnicas, através de reuniões periódicas das lideranças comunitárias com os moradores. Deste modo, tomam-se as decisões políticas, estabelece-se a organização conjunta das tarefas, faz a discussão e chega-se a decisões sobre as propostas técnicas apresentadas. Assim, tem-se a definição das responsabilidades de ambas as partes (moradores e assessores) na implantação, acompanhamento e andamento dos trabalhos de execução do projeto.

* **Descreva a relação da proposta:**

**a) com o manejo do meio ambiente**

Além das necessárias reflexões dos moradores de Vila Esperança acerca das questões que perpassam fatores sociais, políticos e econômicos que giram em torno da questão fundiária que enfrentam, a equipe do NEPHU tem buscado trabalhar com temas relacionados à melhoria da sua qualidade de vida. Um dos pontos chaves é a situação do lixo (redução, reutilização e reciclagem); da água (consumo, desperdícios, poluição); da energia elétrica, do uso comum do solo. Entre outras questões específicas colocadas em discussão na comunidade, destaque para a preocupação com a condição de saneamento do canal que a atravessa e para a adoção da coleta seletiva de lixo.

Outra questão importante é o combate a dengue, a informação a respeito dos riscos da água parada, estimulando o esforço da população no sentdo de evitar focos de mosquitos transmissores.

**b) com a igualdade de gênero**

É possível perceber que em Vila Esperança os problemas relacionados às relações de gênero aparecem principalmente nas relações entre os adolescentes e jovens da comunidade. Em sua maioria, são meninas que estão grávidas ou já são mães e que reservam o espaço doméstico, justificado pela imposição de sua função de maternidade. Nesta lógica imposta pela sociedade, muitas dessas meninas abandonam a escola e passam a se dedicar exclusivamente à família. Em alguns casos, a familia, o companheiro e a própria sociedade não dão o apoio necessario, e, portanto, a adolescente e/ou jovem acabam vitimas do descaso.

É importante ressaltar, preocupada com a vulnerabilidade causada por esta demanda, a Associação de Moradores, junto com a assessoria do NEPHU, tem buscado parcerias no sentido de organizar palestras que abordem temáticas referente a sexualidade, informando, concomitantemente, acerca das DSTs (doenças sexualmente transmissíveis) e dos métodos contraceptivos disponíveis nos postos de saúde, que muitas vezes não são divulgados para a população.

Outro fator relevente que perpassa a realidade de Vila Esperança, em relação à questão de gênero, se faz presente na questão da titulação da propriedade. Neste sentido, ainda acontece resistências ao fato de que a mulher tem prioridade legal, em relação ao homem, no tange a em que nome deve ser feito o registro do imóvel, conforme recomenda o Ministério das Cidades.

**Sustentabilidade no tempo.**

Durante o processo de implementação do Projeto, têm sido desenvolvidas atividades voltadas para uma nova moradia e promovidas discussões acerca da convivência em coletividade e seus direitos e deveres. Destaque, no Projeto, para a criação de centro comunitário que permitirá o desenvolvimento de atividades relacionadas à cultura, esporte, saúde, oficinas temáticas e geração de renda. Em suma, essas ações viabilizariam a autonomia dos moradores após a concretização do projeto.

**COMPROMISSOS**

1. Caso sua proposta ganhe algum prêmio, compromete-se a escolher quem participará do Fórum Social Urbano de Medelín - Colômbia, com base nos seguintes critérios:

- que represente a organização que entrega a proposta

* Wanderley dos Santos

- que se comprometa a devolver e difundir os resultados de sua participação, além de outros critérios que a organização escolherá.

2. Caso sua proposta ganhe um prêmio em dinheiro, compromete-se a empregar os fundos para ações de difusão das experiências de aplicação de políticas de construção e gestão de moradia popular alternativas aos paradigmas de mercado, mais especificamente para: (a realização de um evento de difusão uma capacitação ou outra atividade a especificar).

Anexar:

1. Um projeto ou croquis de localização da experiência.
2. Um projeto ou croquis do desenho arquitetônico, fotos e imagens explicativas.
3. Um resumo das contribuições da experiência para as políticas públicas, assim como das lições aprendidas.

**Aceitam que essas informações sejam publicadas?**

* Sim